

# PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PERÍODO DE DITADURA: MEMÓRIAS E ORALIDADES DE MARIA HELENA DA SILVA

*Lia Machado Fiuza Fialho*

*Lorena Brenda Santos Nascimento*

*Scarlett O'hara Carvalho*

## Introdução

A pesquisa intitulada: “Memórias e Oralidades: ensino superior e práticas pedagógicas no período de ditadura” objetiva compreender práticas de ensino que configuravam o ensino superior no Ceará na primeira metade do século XX, especificamente no período de regime militar no Brasil. Por meio das reminiscências de Maria Helena da Silva, que participou desse processo como aluna e educadora da instituição *locus* da pesquisa – Universidade Estadual do Ceará (UECE) – busca-se compreender como a práxis pedagógica efetivada no contexto de ditadura influenciou a consolidação do ensino superior, especialmente para o desenvolvimento do curso de Pedagogia da UECE.

Para tal, utilizamos um recorte da biografia de Maria Helena da Silva valorizando sua oralidade como fonte histórica, relevante para interpretar o cenário educativo da época, considerando que esteve presente na primeira turma do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) como aluna, e se tornou professora da mesma instituição atuando durante 33 anos no magistério e participando das principais mudanças que ocorreram no Centro da Educação.

Vale ressaltar que as informações compartilhadas nesse ensaio “Reminiscências e Oralidade: trajetória educativa de Maria Helena da Silva na metade do séc. XX” derivam do projeto de Pesquisa “guarda-chuva” intitulado “Educação e



Educadoras Cearenses do Século XX: práticas, leituras e representações”, que se encontra em andamento, institucionalizado pela UECE, com Parecer nº 630.923/2013 no Comitê de Ética. O escopo deste estudo, no entanto, segue com o objetivo de compreender a práxis de ensino na universidade em destaque, sob a perspectiva de Helena no período caracterizado pela ditadura (1930-1964).

Faz-se necessário esclarecer que a relevância do estudo consiste, sobretudo, na oportunidade de reconhecer, a partir das narrativas de vida dos professores(as) cearenses, práticas de ensino que fundamentaram nossas antecedências educativas e que, ainda hoje, refletem nas instituições marcas de um modelo pedagógico já vivenciado, aparentemente superado, mas com raízes nas práticas educativas perpetuadas de geração para geração.

Utilizamos a fonte oral, mediante História Oral Biográfica como abordagem metodológica (MEIHY, RIBEIRO, 2011), considerando ser a mais conveniente para a elaboração do estudo, dado que é característica permitir que não somente historiadores, mas educadores, sociólogos, psicólogos, filósofos, e vários outros estudiosos também construam e investiguem trajetórias de vida, possibilitando que os sujeitos, independentemente de sua condição social, sejam vistos como indivíduos históricos e transformadores de mundo.

## **Metodologia**

O estudo foi desenvolvido mediante a História Oral Biográfica (LOZANO, 2006; MEIHY, RIBEIRO, 2011), concretizada a partir dos relatos orais de vida da educadora Maria Helena da Silva, ex-professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará por 33 anos e aluna da primeira turma de Pedagogia da instituição supracitada. O método escolhido possibilita



que as reminiscências do sujeito sejam valorizadas tal como se apresentam, perante o tempo e contexto sublinhados.

Thompson (1978) discorre sobre a importância da história explicando, esta sempre se constituiu através das necessidades humanas, seja de explicar os eventos naturais, ou para entender como viviam as civilizações – seus costumes, cultura, organização social e política – na tentativa de repassar essas intervenções para as próximas gerações. Isso se tornou uma maneira de resgatar, manter as tradições sociais e registrar o comportamento do homem em um determinado período histórico. Em decurso neste estudo, compreender como se efetivam as práticas pedagógicas no Curso de Pedagogia da UECE, no período da ditadura militar.

Ao entrarmos em contato com a professora, por meio de telefonemas, fizemos a apresentação explicando a finalidade do estudo e a convidamos, para, caso fosse de seu interesse, colaborar com a pesquisa, deixando claro que não haveria quaisquer benefícios ou malefícios em decorrência da sua participação, ficando livre para desistir a qualquer momento, caso sentisse necessidade. Helena concordou em colaborar, assinou o termo de compromisso, claro e objetivo, reproduzindo o intuito do trabalho a fim de confirmar a ética e seriedade do projeto. O local para consubstanciar a entrevista foi decidido mediante o critério da educadora, que optou por ser em seu apartamento, residência situada no município de Fortaleza/CE, tendo em vista facilitar a comunicabilidade e harmonia acústica, tornando o ambiente favorável para que ambos, entrevistador(a) e entrevistado(a), se sentissem à vontade para dialogar.

Dentre os recursos que ajudaram na efetivação da pesquisa – roteiro com perguntas norteadoras, diário de campo e documentos da universidade – o uso tecnológico do aparelho celular, especificamente na ferramenta de gravação de áudio,

foi indispensáveis para realizar a etapa principal do projeto: a entrevista livre. Após esses procedimentos, a entrevista foi transcrita, textualizada, validada (FLICK, 2009) e, por fim, analisada para integrar o corpo do trabalho.

## Resultados e discussão

A década de 1960 foi palco de grandes transformações políticas, sociais e educacionais no Brasil, marcada essencialmente pela intervenção militar que se consolidou através do golpe de 64. Várias reformas foram desencadeadas nesse processo e as implementações na educação tiveram destaques específicos, conforme afirmam Jr. e Bittar (2008) leciona em seu postulado:

O regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, pois ambas tinham com escopo estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção. Ou seja, a educação no âmbito do regime militar foi concebida como um instrumento a serviço da racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o slogan “Brasil Grande Potência”. (BITTAR, 2008, p. 3-4).

Entra no cenário do país uma educação consubstanciada no ideário de produção e tecnicismo, ainda que inserida numa política autoritária e extremamente repressora. Na época, conhecida como Faculdade de Filosofia do Ceará, a UECE, como hoje é denominada, englobava poucos cursos e era dividida por departamentos. O departamento de Filosofia, por exemplo, abrangia os Cursos de Pedagogia, História, Filosofia e Letras. Segundo o site oficial da Universidade, no que concerne ao histórico do instituto:

Os cursos de História, Filosofia e Letras foram criados respectivamente em 1947 com a FACULDADE CATÓLICA DO CEARÁ. Em 21 de janeiro de 1956 a Faculdade Católica foi agregada à Universidade do Ceará como Faculdade de Filosofia do Ceará, tendo se tornado autarquia por meio da Lei Nº 8.737, no dia 25 de janeiro de 1967. Estes cursos, configuravam-se, portanto, como os primeiros cursos por ocasião da autorização do Poder Executivo Cearense, ao instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará-FUNEDUCE pela Lei No 9.753, de 18 de outubro de 1973. A partir da Resolução Nº 02, de 05 de março de 1975, do Conselho Diretor da FUNEDUCE, referendada pelo Decreto No 11.233, de 10 de março de 1975, foi criada a UECE, que incorporou esses cursos ao seu patrimônio, compondo o Centro de Humanidades – CH que se juntaria aos demais centros da nascente Instituição de Ensino Superior. (Universidade Estadual do Ceará).

Maria Helena, ao se matricular inicialmente na turma de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, conta os motivos que a levaram para a UECE, quando esta ainda nem se denominava como tal:

*Ai eu fiz Pedagogia na UFC. Primeiro ano na faculdade foi lá. Quando eu terminei o primeiro ano eu precisava trabalhar e a UECE era a única faculdade que tinha à noite. A UFC não tinha. Ai eu tive que me transferir pra UECE e terminei lá. Era a primeira turma da UECE, o primeiro vestibular. E a diferença que eu senti foi pra melhor. **A UECE foi bem melhor.***

Quando se refere à palavra “melhor”, Helena explica um dos motivos para ter chegado a tal conclusão:

*Bem melhor no sentido de todo mundo se conhecer e ninguém querer ser mais do que o outro. As pessoas eram muito unidas. Os professores tinham uma amizade muito grande com a gente. E quando você fica de dizer qual o*

professor que lhe marcou mais, fica difícil de dizer porque todos eram tão bons, tão ligados, eram tão preocupados no ensino. Porque era o começo, era a primeira turma, não sei, mas não eram só professores, eram professores e amigos. Por exemplo, da gente frequentar os aniversários, sabe.. Tinha esse clima de intimidade da gente sair dali e ir todo mundo ali pra tomar um cafézinho.

Bem, então por conta disso o relacionamento na sala de aula era muito bom. **Ninguém tinha receio, por exemplo, de fazer uma pergunta.**

Sob a ótica de Helena, a relação professor/aluno na Faculdade de Filosofia diferiu, significativamente, da instituição anterior, na qual também havia atuado como estudante do Curso de Pedagogia. A transferência de Helena para a FAFICE não foi constituída de fatores negativos, mas ao contrário, segundo a mesma, foi a melhor decisão que poderia ter tomado na vida. As experiências que conseguiu obter graças a essa transformação, possibilitaram que Maria Helena iniciasse sua jornada docente muito cedo, logo no primeiro semestre ainda como aluna do curso.

Exposto isso, o carinho atribuído à faculdade secundária conota um aspecto importante na formação da mesma. Em meio ao tumulto de um período politicamente conturbado – que por vez mudaria a estrutura do professorado no país – ter a oportunidade de criar um relacionamento íntimo e amistoso com docentes no final da década de 1960, sem dúvidas, demarca um traço interessante na experiência formativa de Maria Helena.

Nessa perspectiva, sua graduação esteve apoiada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Ceará – FAFICE, na primeira turma de Pedagogia da instituição. Somente em 1975, cinco anos após concluir o curso, é que Maria Helena presenciou, de fato, o surgimento da Universidade como UECE.

Ao relembrar da conjuntura administrativa do curso, que na época estava sob a responsabilidade de João Filgueiras, primeiro a ocupar o cargo de coordenador, Maria Helena conta sobre a impressão que logrou:

*Ele era um articulador de primeira. Conciliava todos os problemas que a gente tinha. Ele realmente me marcou muito por causa da capacidade dele. Ele era professor de matemática de uma visão humanista impressionante. Foi o primeiro coordenador do Curso de Pedagogia.*

Mesmo estando aparentemente cercada por um grupo de professores flexíveis no ensino e um coordenador que apoiava as concepções humanistas, não foi difícil encontrar educadores que também estivessem opostos a tal comportamento e práxis pedagógica. Maria Helena relembra dessas exceções com minuciosidade, destacando as figuras que mais evidenciaram uma postura de fato militarista, coesiva ao governo.

*Tinha dois que eram reacionários, assim, porque eles eram muito para o lado dos militares. E tinha um que era militar, esse aí a gente já tinha receio por ser militar, né! E outro, que morreu recentemente. A gente também tinha receio de falar certas coisas porque ele era muito ligado aos militares. Nas aulas dele era: "Senhor, amém. Senhor, tudo bem": Ninguém ia discutir. Por exemplo, uma aula de história da educação, ninguém discutia o que era certo o que era errado. Tava no livro tava certo. Porque o livro adotado era os que os militares deixavam.*

O exemplo citado acima relembra a ideia de educação bancária abordada por Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987) na qual o professor, na linha de tal concepção, encara o aluno como um espaço vazio a ser preenchido, incapaz de obter por conta própria conhecimento e autonomia no pensar:

No momento mesmo em que se funda num conceito mecânico, estático, especializado da consciência e em

que transforma por isto mesmo, os educandos em recipientes, em quase coisas, não pode esconder sua marca necrófila. Não se deixa mover pelo ânimo de libertar, tarefa comum de refazerem o mundo e de torná-lo mais e mais humano. (FREIRE, 1987, p. 37).

A postura militarista adotada no regime transmitia a imagem negativa de um poder concentrado em mãos autoritárias, que mais reprimia do que protegia os estudantes. Nery (2015, p. 276), ao analisar as relações constituídas no livro de Rodrigo Pato Sá Motta, *As Universidades e o Regime Militar – cultura política brasileira e modernização autoritária* (2014, 428 p.), sintetiza a intervenção desse regime argumentando que:

A ditadura brasileira usou a violência necessária para obter os resultados esperados, entre eles derrotar a cultura política do período anterior, identificada como comunista e que levou à exacerbação do discurso anticomunista, capaz de unificar a frente liderada pelos militares desde antes do golpe de 1964.

A relação entre as palavras militar e autoritário, segundo o autor, se estabelecem através da ditadura “que é sempre autoritária, seja em suas ações modernizadoras, seja naquilo em que é conservadora.” (NERY, 2015, p. 276). Desse modo, a influência militarista na universidade operava, sobretudo, na intenção de controlar e extinguir posturas “suspeitas”, consideradas comunistas, “perigosas” e “subversivas” ao sistema implantado.

Ainda que o contexto político influenciasse diretamente a estrutura macrossocial do país, inclusive nas relações estabelecidas entre os sujeitos, Jr. e Bittar (2006) esclarecem que as mudanças oriundas do regime militar no Brasil, especialmente no que concerne à educação, também desempenharam papel determinante na formação de professores, pois, a partir da reforma universitária em 1968, tornou-se



concreta a possibilidade de formação superior para boa parte do magistério de 1º grau, que até então atuava no ensino primário em decorrência da formação no curso normal ou dos institutos de educação. Essa abertura provocou, de certo modo, uma amplificação na valorização da universidade e, por consequência, do curso voltado para o magistério, embora trazendo contradições na práxis de ensino.

No tocante à expansão das universidades, entre 1964 e 1973 o ensino superior, conforme expõe Saviani em *O Legado Educacional do Regime Militar* (2008), comparado ao ensino primário (70,3%), ginásial (332%) e colegial (391%) cresceu em torno de 744,7% no mesmo período, sendo o número de instituições públicas consideravelmente inferior ao de instituições privadas. Isso caracteriza o propósito do regime concommitante à privatização exacerbada do ensino, aspecto até hoje identificado no país.

Os recursos destinados à educação pública diminuíram, favorecendo a consolidação dos institutos privados, como afirma novamente Saviani:

A Constituição de 24 de janeiro de 1967, baixada pelo regime militar, eliminou a vinculação orçamentária constante das Constituições de 1934 e de 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para a educação (2008, p. 298).

Tal condição limitou o crescimento do nível superior público no Brasil e afetou diretamente a estrutura das instituições já existentes.

Helena conta a dificuldade enfrentada por ela e os seus colegas na obtenção de livros sobre educação, pois dificilmente havia materiais disponíveis no acervo da universidade:

*Na época, como não existia livro de educação na biblioteca, os professores passavam os livros e nós tínhamos*

*que conseguir por fora. Não existia esse negócio de xérox. Aquele aluno que tinha vontade mesmo, de ler e de estudar, fazia um crediário, mas nem todos tinham emprego. Já alguns, os pais davam.*

Com a falta de recursos e investimentos didáticos, indispensáveis para promover o ensino pedagógico entre professores e alunos, o aprendizado na universidade ficava, de certa forma, comprometido, ainda que o corpo docente tentasse fazer uso de estratégias inovadoras no dia a dia. Importa salientar que, além das circunstâncias nada favoráveis, o conteúdo teórico utilizado nas aulas, conforme expõe Maria Helena em um de seus relatos, era trabalhado na perspectiva de livros “aceitáveis” do ponto de vista militarista. Ou seja, o professor que insistisse na “mudança de planos” poderia ser rigorosamente penalizado por uma conduta considerada “imprópria”. Ela acrescenta:

*O professor que excedesse um pouco era imediatamente chamado na Décima Região Militar. Eles tinham agentes em todas as salas de aula. Se o professor falasse um pouco mais sobre política, por exemplo, alguém já olhava estranho. Aquilo ali era uma vigilância total. Era uma coisa séria. Hoje, quando pensamos no que nós passamos na época, tudo que acontecia hoje é pouco comparado ao que aconteceu naquela época de 60 e 70.*

Magalhães (1997) em seu estudo sobre *A Lógica de Suspeição* esclarece que havia seis níveis de informantes no período do autoritarismo militar, cada qual separado por um grau específico de veracidade. Esses podiam ser classificados por tipos, e eram denominados por letras, conforme o elucidado:

Geralmente, o agente do tipo C era do próprio exército, na maior parte das vezes um sargento formado pela EsNI, o qual, vestido à paisana, infiltrava-se nos mais diversos locais para coletar o maior número possível de dados. Os agentes do tipo D, E e F eram, em sua

maioria, informantes eventuais (remunerados ou não) ou informantes *espontâneos*, vale dizer, pessoas que possuíam certa cumplicidade com o regime e que voluntariamente se dispunham a cooperar, fosse por convicção, fosse para receber algum apoio de caráter pessoal. (MAGALHÃES, 1997, p. 2).

Maria Helena ainda acrescenta que nenhuma providência poderia ser tomada pelo Reitor da Universidade ou, estando este ausente, o diretor responsável pela instituição. De mãos atadas, geralmente a própria nomeação desses cargos era realizada pelo chefe de estado (estadual ou federal), como no caso da UECE, ainda Faculdade de Filosofia, que durante anos seguiu tal regulamento, aspecto que dificultava uma mudança na práxis pedagógica dos professores no período ditatorial.

A experiência como aluna em meio à vigência militar rendeu à Maria Helena histórias e aprendizados significativos, os quais até hoje leva consigo em sua trajetória de vida. As dificuldades presentes, todavia, constituíram lugar importante e essencial para o modelo de ensino que adotou mais adiante, já como professora universitária. Entre os desafios mais marcantes nessa jornada, ela destaca:

*Como aluna, o meu grande desafio nesse tempo foi aprender no meio dessa repressão da ditadura, porque tudo aquilo que as vezes a gente descobria pelos grandes autores e educação, mesmo que aprendêssemos, não podíamos expressar. **A gente aprender uma coisa reprimida, sem a liberdade de expressão. Não podíamos expressar tudo que pensávamos.** A outra dificuldade era estudar em uma instituição que não tinha uma estrutura favorável. A gente não tinha uma biblioteca, não tinha uma sala de estudo, não tinha laboratório. Os professores, a maioria, não tinha mestrado, não tinham graduação, pois não era exigido. E existia as dificuldades de logística, porque assim, a faculdade era distante das nossas casas, pra ir,*

*as vezes só tinha um ônibus voltando, a dificuldade de transporte e locomoção era um grande problema para os estudantes como um todo. (grifos da autora).*

Além dos obstáculos destacados – de repressão, falta de infraestrutura, locomoção limitada e precária formação docente também é importante salientar que, no período de ditadura, poucos eram os alunos advindos de famílias menos favorecidas economicamente, confirmando que o acesso à universidade pública já era restrito, quase que exclusivamente, para uma minoria mais abastada.

A entrada de Maria Helena na Pedagogia garantiu, segundo a mesma, a oportunidade de realização profissional/pessoal suscitada pelas experiências que vivenciou ao longo do curso:

*Eu tenho umas coisas na minha vida que eu só tenho a agradecer a Deus. Todas as coisas que eu quis realizar como educadora eu realizei. E tive o privilégio de ser fundadora disso e daquilo.*

Apesar dos desafios de atuar como estudante no período de repressão da ditadura, Maria Helena demonstra realização pela trajetória formativa e profissional que logrou, reconhecendo as conquistas alcançadas como parte de uma história que ajudou a construir, mesmo sob circunstâncias adversas, que mais poderiam prejudicar do que beneficiar seu crescimento enquanto educadora. Essa fase representou um grande salto para a consolidação da práxis docente executada mais adiante pela mesma na Universidade Estadual do Ceará, onde atuou por 33 anos até se aposentar.

Estando presente na mesma universidade em duas perspectivas diferentes – aluna e professora – Maria Helena percebeu, na ditadura, posturas que jamais iria assumir quando estivesse presente em sala de aula: intolerância e su-



perioridade. A liberdade, garante ela, sempre compensou as escolhas que fez, e o fato de nunca ter desistido da profissão almejada mesmo diante de tantas problemáticas, facilitou a independência e autonomia no modo de pensar e agir que constituiu ao longo dos anos como mulher e pedagoga.

### **Considerações finais**

A pesquisa buscou compreender as práticas pedagógicas efetivadas no período de ditadura, especificamente no ensino superior da UECE, no Curso de Pedagogia, por intermédio das narrativas de vida da educadora Maria Helena da Silva, ex-aluna da primeira turma de Pedagogia da UECE e professora na Instituição por 33 anos. Estudar as ações e experiências educativas na perspectiva de uma professora em meio à turbulência do regime ditatorial, sob o qual atuou como aluna e, posteriormente, como docente, foi o cerne da pesquisa.

O trabalho parte de um estudo maior que tem como foco norteador pesquisar leituras e representações vivenciadas por professores(as) na metade do século XX e permite, a partir de oralidades – transcritas, transcriadas, textualizadas e contextualizadas – traçar uma compreensão crítica e analítica da história e memória da educação no Ceará, na tentativa de valorizar e imortalizar as educadoras do estado, por vezes anônimas e invisibilizadas pela historiografia oficial, bem como entender criticamente a história da educação do estado.

Maria Helena vivenciou de perto um modelo de ensino fundamentado em concepções autoritárias, no qual o medo se sobrepunha e influenciava a vida dos estudantes que reprimiam o desejo de questionar e lutar contra as mazelas educacionais. A universidade, hoje considerada espaço impulsor de debates e da liberdade de expressão, era mantida sob contro-

le e vigilância dos militares que, atendendo à exigências superiores, aboliam qualquer atitude considerada contrária aos argumentos do regime. Desse modo, o percurso formativo de Maria Helena colabora, significativamente, para a reflexão do contexto colocado em evidência, ajudando na compreensão das práticas educacionais do ensino superior em meio à ditadura, bem como dos mecanismos de superação desse período.

A biografia, respaldada nas narrativas da professora cearense, permite a reflexão desse legado educacional para a realidade atual do ensino na região, favorecendo a ampliação de pesquisas que visam investigar a herança cultural e social que nutre a história da educação no estado, incentivando novos estudos nessa linha. Em vista disso, não se pode desconsiderar também a importância que teve Maria Helena da Silva para o cenário da educação no Ceará como mulher, irmã, filha, educadora, e ser humano responsável, também, na elaboração da história, seja essa individual ou coletiva.

## Referências

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JR, Amarílio Ferreira, BITTAR, Marisa. A ditadura militar e proletarização dos professores. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pfd/%OD/es/v2797.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

LOZANO, J. E. A. Práticas e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In: \_\_\_\_\_. *Usos & abusos da história oral*. São Paulo, 2006.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. *Guia prático da história oral*. São Paulo, Contexto, 2011.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2014.

NERY, João Elias. As universidades no regime militar. *Revista Matrizes*, São Paulo, v. 9, n. 1, jan/jun. 2015.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set/dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: introdução à história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Histórico. Disponível em: <<http://www.uece.br/ch/index.php/historico>>. Acesso em: 20 Jul. 2016.

PERGAMUM  
PCC/UECE